

Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

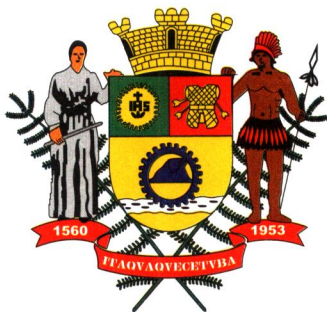
PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 298/2017.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, através de seu relator, é de parecer que este Projeto de Lei Complementar "Autoriza o Poder Executivo a conceder remissão da multa moratória e dos juros moratórios que integram o crédito tributário referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU do exercício de 2017, incidente sobre os imóveis atingidos pelas enchentes ou alagamentos ocorridos no Município de Itaquaquecetuba, e dá outras providências", seja apreciado por não encontrar óbices quanto ao aspecto legal e constitucional.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 2017.

VEREADORA MARIA APARECIDA MONTEIRO RODRIGUES DA FONSECA

Relator(a) da Comissão de Constituição e Justiça.



Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

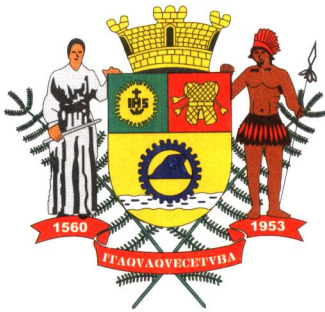
PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 298/2017

A COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, através de seu relator, é de parecer que este Projeto de Lei Complementar "Autoriza o Poder Executivo a conceder remissão da multa moratória e dos juros moratórios que integram o crédito tributário referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU do exercício de 2017, incidente sobre os imóveis atingidos pelas enchentes ou alagamentos ocorridos no Município de Itaquaquecetuba, e dá outras providências", seja apreciado por não encontrar óbices quanto ao aspecto financeiro e orçamentário.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 2017.

VEREADOR ARMANDO TAVARES DOS SANTOS NETO

Relator da Comissão de Finanças e Orçamento.



Câmara Municipal de Itaquaquecetuba

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 298/2017.

A COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, através de seu relator, é de parecer que este Projeto de Lei Complementar "Autoriza o Poder Executivo a conceder remissão da multa moratória e dos juros moratórios que integram o crédito tributário referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU do exercício de 2017, incidente sobre os imóveis atingidos pelas enchentes ou alagamentos ocorridos no Município de Itaquaquecetuba, e dá outras providências", seja apreciado por não encontrar óbices quanto ao aspecto de interesse público.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 2017.

VEREADOR CESAR DINIZ DE SOUZA

Relator da Comissão de Administração, Obras e Serviços Públicos